

burla informática e nas comunicações, previsto e punido pelo artigo 221.º do Código Penal, praticado em 8 de Outubro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 25 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

29 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 1937/2006 — AP. — O Dr. Armando da Rocha Azevedo, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 597/99.6PRPRT, pendente neste tribunal contra o arguido Luís António Garcia Pinto Cerqueira, filho de Joaquim Garcia Lopes Cerqueira e de Maria Augusta de Jesus Pinto Cerqueira, natural de Massarelos, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Agosto de 1975, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10599372, com domicílio na Rua do Freixo, 1822, 1.º, traseiras, 4300 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo (artigo 210.º do Código Penal), por despacho de 12 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

13 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — A Oficial de Justiça, *Ana Lúcia Loureiro Abrantes*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS

Aviso de contumácia n.º 1938/2006 — AP. — O juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 317/03.2GBPMS, pendente neste tribunal contra o arguido Manuel Alcindo Quintal Freitas, filho de João de Freitas Júnior e de Isabel de Oliveira Quintal, natural de Santa Maria Maior, Funchal, Portugal, nascido em 8 de Outubro de 1958, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7916561, com domicílio no Caniço, Santa Cruz, 9100 Santa Cruz, Madeira, por se encontrar acusado da prática de um crime de maus tratos do cônjuge ou análogo, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 25 de Agosto de 2003, foi o mesmo declarado contumaz em 29 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e, ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*.) — A Oficial de Justiça, *Filomena Fátima S. L. Silva*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS

Aviso de contumácia n.º 1939/2006 — AP. — A Dr.ª Paula Moura Leitão, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 101/98.3GAPMS, pendente neste tribunal contra o arguido Vítor Manuel Freire do Carmo Ferreira, filho de José Carmo Ferreira e de Maria Helena Freire Ferreira, nascido em 18 de Fevereiro de 1963, casado, com a identificação fiscal n.º 109202783, titular do bilhete de identidade n.º 4485239, com

domicílio na Residencial D. Nuno, Casal da Amieira, 2440 Batalha, por se encontrar acusado e julgado da prática de um crime de furto qualificado (em residência, com arrombamento, escalamento e ou chaves falsas), previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em 28 de Março de 1998, por despacho de 29 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por falecimento.

30 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Moura Leitão*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula Alves Crachat*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTO SANTO

Aviso de contumácia n.º 1940/2006 — AP. — A Dr.ª Esmeraldina Duarte, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Porto Santo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 96/02.0PBPSST, pendente neste tribunal contra o arguido Vasile Muresan, filho de Vasile Muresan e de Ruzsanda Muresan, de nacionalidade romena, nascido em 10 de Abril de 1958, titular do passaporte n.º 04814641, com último domicílio conhecido na Residencial Zarco, quarto 5, Porto Santo, 9400 Porto Santo, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 202.º, alínea d), 203.º e 204.º, n.º 1 alínea e), todos do Código Penal, praticado em 5 de Maio de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Maio de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

5 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Esmeraldina Duarte*. — O Oficial de Justiça, *Rui Franca*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 1941/2006 — AP. — A Dr.ª Eunice Barros, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Póvoa de Varzim, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 732/04.4TBPVZ, pendente neste tribunal contra o arguido João Pedro Santos Gomes, filho de Tomás Gomes Madaleno e de Maria da Conceição do Vale Sousa, natural de Beiriz, Póvoa de Varzim, nascido em 3 de Junho de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10421896, com domicílio na Rua Dr. Alberto Aguiar, 24, porta 1, C, 2, Campanhã, 4000 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 191.º do Código Penal, praticado em 9 de Outubro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e, ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Eunice Barros*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Cruz*.

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 1942/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Cristina Mendes Braz, juíza de direito do 4.º Juízo do Tribu-